Trajatória do trabalho autônomo na Região Metropolitana de Porto Alegre

No tratamento das formas autônomas (não assalariadas) de inserção laboral, enfrentam-se dificuldades conceituais características dos estudos do chamado setor informal, dadas as múltiplas interpretações relacionadas a esse fenômeno. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT),

[...] o setor informal pode ser caracterizado como um conjunto de unidades empenhadas na produção de bens ou serviços, tendo como principal objetivo a criação de empregos e de rendimentos para as pessoas nelas envolvidas¹.

Adotando-se essa perspectiva conceitual para este estudo, foram selecionadas as seguintes modalidades de inserção laboral: o trabalhador autônomo² e o dono de negócio familiar, aqui genericamente denominados de trabalhadores autônomos ou por conta própria. Para a realização deste trabalho, foi utilizada a base de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), e, para manter a satisfatória precisão estatística nos diferentes recortes analíticos, usou-se uma agregação dos dados em períodos de 24 meses, constituindo-se o primeiro biênio da média de 1993-94, e o último da média de 2011-12.

O presente trabalho fundamenta-se no entendimento de que a retomada do crescimento do emprego formal, associada à recuperação da renda do trabalho e do poder de compra do salário mínimo, observados a partir de 2000, tenha também impactado favoravelmente o segmento em foco, seja pela possibilidade da migração dos trabalhadores mais vulneráveis para postos de trabalho assalariados regulamentados, seja pela melhora das condições de trabalho dos que permanecem nessa modalidade de inserção laboral. De fato, apesar do aumento do assalariamento regulamentado, principalmente a partir de 2004, o trabalho autônomo manteve sua importância na ocupação da RMPA. Nos anos 90, observou-se um forte incremento dessa

modalidade de inserção laboral (24,6% até o biênio 1999-2000), como resposta à deterioração do mercado de trabalho regional, que apresentava os maiores patamares de desemprego e certa estagnação na geração de empregos formais. Seguiu-se um período marcado por pequenas oscilações, mas, a partir de 2007-08, percebe-se uma nítida tendência de crescimento, fechando o período pesquisado com um acréscimo de 106 mil indivíduos no contingente de trabalhadores por conta própria (um crescimento de 41,4%).

O contingente numericamente mais importante entre as categorias de trabalho autônomo é o daqueles que trabalham para empresas e para o público em geral, destacando-se os que trabalham fora da residência sem instalação fixa (28,3% no início da série e 32,1% no biênio 2011-12), seguidos pelos que trabalham fora da residência com instalação fixa (15,8% e 19,3% nos referidos períodos). O crescimento absoluto mais expressivo e constante nos 20 anos analisados ocorreu nessas mesmas categorias: naquela sem instalação fixa, foram agregados 43 mil indivíduos, e, na com instalação fixa, 29 mil trabalhadores. As demais categorias tiveram incrementos mais modestos, e a de dono de negócio familiar sofreu retração durante os três primeiros períodos a partir de 2000. Voltou a crescer a partir de 2007-08, período de índices de crescimento econômico elevados, ampliação do emprego formal e, como decorrência, da massa de rendimentos disponível para consumo, o que impacta positivamente a comercialização de bens e serviços oriundos do trabalho por conta própria. Cabe referenciar que os autônomos que trabalham para o público em geral na própria residência, categoria menos estruturada comparativamente às demais, apresentaram crescimento até o final dos anos 90, mas reduziram-se no período de reestruturação do mercado de trabalho a partir de 2000, apontando para uma possível transposição de trabalhadores para o emprego formal. Esse segmento era responsável por 18,6% do total do trabalho autônomo e chegou ao final do período representando 13,1% do mesmo.

Embora conviver com o medo e a insegurança seja cada vez mais comum na sociedade moderna, as atividades exercidas de forma autônoma são especialmente vulneráveis e suscetíveis às incertezas do cotidiano, recebendo pouca ou nenhuma proteção jurídica e social. A OIT, em relatório conjunto com a Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Programa das Na-

¹ OFICINA INTERNACIONAL DEL TRABAJO — OIT. **A OIT e a economia informal**. Lisboa, 2006

² Modalidades de autônomos segundo o grau de subordinação e níveis de estruturação: autônomo que trabalha para uma empresa com até cinco empregados; autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados; autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público em geral na residência; autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público fora da residência sem equipamento fixo; autônomo que trabalha para mais de uma empresa e para o público fora da residência com equipamento fixo.

ções Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³, considera o setor informal como o segmento onde se encontram os maiores déficits de trabalho decente. Dos indicadores capazes de expressar a desproteção, a vulnerabilidade e a precariedade presentes nessa modalidade de inserção ocupacional, destacaram-se para a análise a contribuição à Previdência Social e o rendimento médio real.

Ao contrário do trabalhador assalariado regulamentado, que tem seu desconto previdenciário feito automaticamente no ato do pagamento do salário (mantendo, portanto, 100,0% de contribuição), para o autônomo, essa contribuição passa a ser um ato de vontade, que se traduz na possibilidade de destinar uma parcela de seus rendimentos do trabalho para esse fim. O que se observa, na verdade, é que quase todas as categorias de trabalhadores por conta própria mantêm uma baixa contribuição à Previdência. A proporção de indivíduos que contribuem é maior conforme o grau de estruturação do negócio e/ou atividade. Por exemplo, a menor parcela de contribuição foi observada entre os autônomos que trabalhavam para uma empresa com até cinco empregados, categoria que também apresentou os menores rendimentos médios ao longo do período analisado (apenas 26,2% deles contribuíam para a Previdência no primeiro biênio analisado). Em condição inversa, as maiores parcelas de contribuição foram observadas entre os donos de negócio familiar e os autônomos que trabalham para empresas e para o público fora da residência e com instalações fixas (66,0% e 59,7%, respectivamente, em 1993-94), categorias estas que auferiam rendimentos médios mais elevados entre o conjunto de trabalhadores por conta própria. Como agravante, essa contribuição diminuiu durante o período abarcado por este estudo. Excetuando-se a categoria dos autônomos que trabalham para uma empresa com mais de cinco empregados, todas as demais categorias reduziram essa contribuição entre o primeiro e o quarto biênio em análise (final dos anos 90). A partir de 2000, ainda se observou redução generalizada da contribuição à Previdência até o biênio 2007-08, crescendo nos dois últimos períodos e ultrapassando, na maioria das categorias, os patamares do início da série.

No que concerne ao rendimento médio real⁴ auferido pelos trabalhadores por conta própria, a evolução foi muito favorável, principalmente até o final dos anos 90, associada aos impactos positivos da estabilização monetária ocorrida imediatamente após a implantação do Plano Real em 1994. Todavia esses ganhos não se mostraram sustentáveis,

pois os índices de crescimento arrefeceram nos períodos iniciais da década que iniciou em 2000, só se recuperando nos dois últimos biênios.

Os resultados da Pesquisa revelaram, ainda, patamares bastante distintos nos rendimentos das diferentes categorias de autônomos, indicando níveis de desigualdade importantes. Constituíam-se categorias com ganhos mais elevados: o autônomo que trabalha para uma empresa com mais de cinco empregados (R\$ 1.963 em 2011-12), o que trabalha para empresas e para o público fora da residência com instalação fixa (R\$ 1.629) e o dono de negócio familiar (categoria com as maiores jornadas médias semanais), cujo rendimento alcançou R\$ 1.601 ao final da série. Rendimentos estes superiores ao auferido pelos assalariados com carteira assinada (R\$ 1.410 no último biênio).

Da mesma forma, a trajetória dos rendimentos não foi homogênea para o conjunto dos trabalhadores por conta própria. O movimento mais positivo foi observado entre os autônomos que trabalham para uma empresa com mais de cinco empregados, os quais obtiveram forte crescimento nos rendimentos até o quarto biênio — aumento real de 37,0%. Nos biênios subsequentes, registraram crescimentos mais modestos, mas finalizaram o período em estudo com um crescimento de 33,0% em seus rendimentos. Seguiu-se, em grandeza, o crescimento do rendimento médio real dos autônomos que trabalham fora da residência sem instalação fixa (22,2% em 2011-12). Essas categorias obtiveram ganhos superiores ao crescimento do salário médio real dos assalariados formalizados nesses 20 anos — que foi de 11,2%. As demais categorias mantiveram rendimentos em patamares muito próximos, ou ligeiramente superiores, ao observado no início do período pesquisado.

Como reflexão final sobre o comportamento desse segmento laboral, observado em conjunturas díspares — de reestruturação econômica e precarização da inserção laboral nos anos 90, e de crescimento econômico e (re)estruturação do mercado de trabalho a partir de 2000 —, pode-se dizer que, se a conjuntura positiva a partir de 2000 não propiciou uma diminuição absoluta das atividades por conta própria, estas se reconfiguraram, diminuindo a representatividade dos segmentos mais vulneráveis, como o trabalho exercido na própria residência, e ampliando a daqueles mais estruturados. Nestes últimos, evidenciaram-se ganhos de qualidade, como o aumento dos rendimentos — superando, em algumas categorias, o salário médio real — e uma ligeira elevação da contribuição à Previdência, fator de garantia de maior proteção para o trabalhador e sua família.

Irene M. S. Galezzi
Socióloga, Pesquisadora da FGTAS

³ COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE — CEPAL. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente**: a experiência brasileira recente. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

⁴ O inflator utilizado foi IPC-IEPE; valores em reais de nov./12.